Palavras para fazer ouvir interrogações

Marlene Teixeira

RESUMO: *This article examines the possibility of cooperation among the Theory of Enunciation, the Psychoanalysis and the Ergology to the comprehension of the complex relation between subjectivity and work activity. It comes from the understanding that complex problems like this demand interdisciplinary integration in order to be tackled. It proposes that the knowledges that are here in dialogue can contribute with their specific concepts to enunciate something new, in a movement that preserves its identity.*

PALAVRAS-CHAVE: *Enunciação; Subjetividade; Sujeito; Atividade de trabalho; Uso de si; Norma; Renormalização; Interdisciplinaridade.*

1. DE QUE SE TRATA

Um texto é, para quem o produz, uma forma de se escutar. A experiência acadêmica, vertiginosa, intensa, multifacetada, precisa dessa escuta, que propicia o enfrentamento com interrogações instaladas no processo de construção de um lugar de fala. *Praticar a escrita é construir-se um rosto* (ABRAHAM, 2000, p. 16). Este artigo nada mais é do que uma pausa para pensar alto um percurso.

Desde meus primeiros movimentos como pesquisadora, não foi para o estudo da língua em si e por si que me voltei. Sempre me animou uma vontade de intervenção no *multiforme e heteróclito*. No entanto, nunca me identifiquei com a idéia de invalidar a *salutar idéia da autonomia* da lingüística, substituindo-a por uma *intrometida heteronomia* (JAKOBSON, 1970, p. 12-13).

A perspectiva enunciativa de estudo da linguagem, tal como proposta

Marlene Teixeira é professora de lingüística da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

por Benveniste e Authier-Revuz, configurou-se, então, como um encontro feliz. Em primeiro lugar, porque não acredita na dicotomia língua / fala. Os fenômenos estudados por essa perspectiva pertencem à língua, mas não se encerram nela; pertencem à fala – já que só nela e por ela têm existência – e questionam a existência de ambas, pois emanam das duas (cf. FLORES, 2001). Em segundo lugar, porque são estudos abertos ao diálogo interdisciplinar, o que é bem visível em Authier-Revuz, para quem o campo da enunciação é marcado por uma heterogeneidade teórica, e possível de ser visto em Benveniste, desde que se reconheça a amplitude de suas idéias. O contato com esses autores faculta que o lingüista, sem deixar de ser lingüista, realize uma prática científica de investigação do diverso, do complexo e do instável, e, assim, tenha a dizer nos diálogos inter/transdisciplinares sobre temas cruciais que afetam o sujeito na atualidade.

A geração de novos conhecimentos se dá de forma cada vez mais interdisciplinar em todo o mundo. Valdeão, em matéria publicada no *Caderno Guia da Pós-Graduação da Folha de São Paulo* (2007, p. 3), ilustra essa afirmação referindo advogados que estudam economia, matemáticos que invadem o campo das ciências agrárias e médicos que se especializam em administração.

De diferentes áreas do conhecimento chegam ecos de que hoje é tão inevitável quanto frutífero o trabalho interdisciplinar (JERUSALINSKY, 2000, p. 9), especialmente, para o tratamento de temas que polarizam a atenção de profissionais de várias especialidades. Parece que a relação do homem com o trabalho é um desses temas que exigem a interação e a integração de várias disciplinas para serem enfrentados.

Em razão de minha identificação com lingüistas estruturalistas, ciente do zelo com que delimitaram as fronteiras de seu campo para alçar a lingüística ao *status* de ciência, surpreendo em mim uma necessidade recorrente de explicar – como em resposta ao Pai Fundador – sob que bases se pode convocar a lingüística – ainda que seja a da enunciação – a desdobrar seu trabalho junto a outras disciplinas em arriscados empreendimentos, como, no meu caso, o de tentar compreender o sujeito em microssituações do cotidiano de determinada situação de trabalho, considerando ser possível, a partir da escuta do singular, gerar condições de visibilidade para problemáticas que agitam nosso tempo.

O que o leitor vai encontrar, nestas páginas, são interrogações sobre o possível diálogo entre a lingüística da enunciação, a psicanálise e um conjunto de estudos relativos à atividade de laboral, abrigados sob a denominação de *ergologia*, para examinar o trabalho, não em seus aspectos

econômicos ou mercadológicos, mas em sua dimensão humana¹.

O percurso inicia pela apresentação do problema que esses saberes são chamados a olhar, o trabalho. A seguir, a perspectiva ergológica é apresentada, aspectos das teorias de Benveniste e Authier-Revuz são revisitados, bem como é situada a forma de intervenção do instrumental psicanalítico nesse conjunto teórico. Finalmente, considerações são feitas sobre a natureza da interlocução sugerida.

2. POR ONDE A TEMÁTICA DO TRABALHO CONVOCA

Em torno de 1995, no Brasil, a temática do trabalho, classicamente ligada aos conceitos de economia, propriedade e mercado, passa a ganhar enfoque que considera sua dimensão *linguagreira*. O reconhecimento da estreita relação entre atividade de linguagem e atividade de trabalho tem atraído a atenção de pesquisadores em lingüística aplicada, tanto daqueles que se inscrevem no interacionismo simbólico de Goffman e na sociolingüística interacional de Gumperz, como de estudiosos da enunciação, particularmente, os que se orientam pelos estudos de Bakhtin e/ou Maingueneau. Deve-se, principalmente, ao grupo Atelier² a criação desse território novo de pesquisa.

Dentre os inúmeros aspectos focalizados pelos estudos que se ocupam da relação linguagem/trabalho, a temática da subjetividade foi a que me convocou, não só pelo envolvimento que tenho com ela há já longo tempo, mas porque o trabalho, entendido como atividade que tem por ator o indivíduo humano e por palco a realidade histórico-social, é uma das formas de engate do sujeito no circuito social.

Além disso, as transformações pelas quais passa o trabalho, na atualidade, a entrada em crise de suas formas tradicionais, seu *enuviamento como siste-*

¹ Essa sinergia teórica fundamenta o projeto de pesquisa que, neste momento, desenvolve no Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada da UNSINOS: "Os efeitos da singularidade no trabalho: um estudo do *uso de si* na atividade do profissional de enfermagem", destinado a investigar, por meio de interlocuições entre profissionais de enfermagem, em trocas de turno de trabalho no cotidiano de um hospital, os efeitos da emergência da subjetividade na atividade laboral.

² Trata-se de grupo de pesquisa, coordenado pela profa. Dra. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, formado por pesquisadores de diferentes universidades (PUC-SP, UERJ, PUC-RJ, UFMG, UNIRIO, UNISINOS, UCPel-RS, entre outras), interessados na relação linguagem e trabalho. O grupo está sediado no Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) da PUC-SP e mantém interlocução com estudiosos franceses dessa temática, tais como J. Boutet, Y. Schwartz, D. Faïta, Y. Clot, entre outros.

ma de equivalência de valor nos sistemas distributivos das riquezas (JERUSALINSKY, 2000, p. 10), a lógica da competição em busca do lucro, a precarização do trabalho, a constituição da noção de competência como o estado de não conhecer o erro são fatos que levantam instigantes questões: Como o sujeito vive em sua singularidade esses efeitos? Que subjetividades o mundo do trabalho, tal como se configura hoje, organiza?

Nas pesquisas que até o momento realizei, o propósito foi construir e aprimorar dispositivo teórico-metodológico que, desde o campo nomeado como *lingüística da enunciação* (cf. FLORES; TEIXEIRA, 2005), em diálogo com a psicanálise, possibilitasse contribuir para compreender os efeitos sobre a subjetividade da inserção no mundo do trabalho, e, assim, relançar a discussão sobre questões cruciais a respeito da condição do sujeito no “aqui e agora” da experiência humana.

Nesses estudos³, o trabalho se coloca como um tema sobre o qual trabalhadores falam por sugestão de pesquisadores. Ou seja: está presente nos comentários dos sujeitos das diferentes investigações, a partir de entrevistas destinadas a suscitar falas sobre o trabalho que realizam. Em suma, meu objeto tem sido discursos de trabalhadores sobre sua atividade profissional ou sobre o trabalho de forma geral. É preciso dizer ainda que não fiz propriamente apelo a nenhum teórico específico que tenha desenvolvido reflexão sobre trabalho, talvez porque minhas investigações estivessem mais preocupadas com as mudanças no mundo do trabalho e seu impacto no sujeito trabalhador do que propriamente com a atividade de trabalho.

O encontro com o que Schwartz (1992, 1997) chama de “ergologia” instigou-me a uma alteração de foco: do sujeito que fala sobre seu trabalho para o sujeito que fala na própria atividade de trabalho. Essa mudança implica ter que integrar aos pressupostos teórico-metodológicos advindos da *lingüística da enunciação* e da psicanálise concepções de Schwartz sobre o trabalho, formuladas no âmbito da perspectiva ergológica.

Passo a apresentar, separadamente, os três campos envolvidos na interlocução proposta para depois situar os termos desse diálogo.

³ O primeiro (2000 a 2002) teve por objetivo mostrar que posições subjetivas emergem no discurso quando a secretária é solicitada a falar sobre sua atividade profissional (TEIXEIRA; DREYER; LINCK, 2003). A investigação seguinte (2002 a 2005) focalizou a relação entre a experiência de primeiro emprego e a estruturação subjetiva de adolescentes que trabalham em restaurante *fast-food* (TEIXEIRA; CHAMORRO, 2005). O terceiro estudo (2005 a 2007) destinou-se a investigar de que modo a experiência de trabalhar e estudar é subjetivada por jovens universitários (TEIXEIRA, 2006a).

3. A ERGOLOGIA

A perspectiva ergológica resulta de uma tradição de mais de 15 anos de investigações coletivas sobre o objeto “trabalho”, realizadas pelo dispositivo APST (Analyse Pluridisciplinaire des Situations de Travail). Esse agrupamento cooperativo iniciou suas atividades nos anos 80, na Universidade de Provence (Aix-Marseille I) na França, com o filósofo Yves Schwartz, o lingüista Daniel Faïta e o sociólogo Bernard Vuillon.

A obra *L'homme producteur* (SCHWARTZ; FAÏTA, 1985) traz um esboço das discussões dessas primeiras sinergias intelectuais em torno do tema “trabalho” realizadas na APST. Em 1998, foi criado o Departamento de Ergologia da Universidade de Provence para institucionalizar a experiência do grupo, até então sediado no Departamento de Filosofia.

A ergologia analisa o trabalho não de forma genérica, mas como atividade efetivamente realizada por sujeitos, apresentando um modelo de produção de conhecimento que propõe a articulação entre três pólos (cf. SCHWARTZ, 2003):

- o dos materiais gerados pelas diferentes disciplinas científicas (pólo dos conceitos);
- o dos saberes e valores gerados pelas experiências dos trabalhadores na atividade (pólo das forças de convocação e reconvocação);
- o das exigências éticas e epistemológicas no que diz respeito à construção de parceria, apoiada numa maneira de ver o outro como semelhante (pólo das exigências éticas e epistemológicas).

Esse dispositivo foi criado a partir do reconhecimento dos limites do conceito de *comunidade científica ampliada*, criado por Oddone (1981) na área da psicologia do trabalho. Esse autor (apud SCHWARTZ, 2000, p. 39) constata a distância existente entre o patrimônio ensinado e o patrimônio vivo das atividades de trabalho, atribuindo esse descompasso à dificuldade dos assalariados com o ensino universitário. Sua *comunidade científica ampliada* destina-se a acolher os aportes dos trabalhadores no processo de formação profissional.

No entendimento de Schwartz (2000), o problema desse conceito é que ele implica a idéia de que o conhecimento das atividades pertenceria ao *domínio científico no sentido clássico*. Na acepção do filósofo, a atividade recria saberes, valores, histórias particulares, que se tomam como *forças de convocação* dos saberes disciplinares e *forças de reconvocação*, testando e avaliando os conhecimentos da ciência, colocando-os em confronto com os saberes da experiência (2000, p. 43). O autor salienta, particularmente, a

necessidade de se buscar trazer, para pensar a atividade de trabalho, esse saber não-disciplinar, ancorado nas histórias e nas situações concretas do sujeito trabalhador. Opõe, assim, o modo clássico de fazer ciência, que ele chama de *pólo epistêmico*, ao *pólo ergológico*. Enquanto o pólo epistêmico, em razão da necessidade de generalização, neutraliza a dimensão singular na prática da ciência, o pólo ergológico leva em conta o *hic et nunc* singular na atividade de trabalho, considerando a subjetividade como condição parcial de inteligibilidade da situação e de sua história (SCHWARTZ, 2003).

Isso não significa que Schwartz despreze a dimensão técnica. Para ele, a experiência de trabalho é profundamente marcada por conceitos, saberes técnicos e organizacionais, indispensáveis para ampliar a reflexão sobre a própria atividade. O saber de natureza acadêmica ajuda a libertar a experiência de certas limitações.

Em suma, a ergologia não nega que os trabalhadores têm necessidade de conhecer os saberes produzidos pelas diversas disciplinas, importantes para valorização de seus saberes específicos e transformação de sua situação de trabalho. Por outro lado, entende que as disciplinas só podem se desenvolver a partir das *forças de convocação* das questões trazidas pelo mundo do trabalho, muitas vezes desconhecidas pela comunidade científica e para as quais as ciências não apresentam respostas.

O termo *atividade* é entendido, nas teorizações de Schwartz, como uma dialética, entre duas dimensões da atividade humana que estão ligadas no trabalho: o dizer e o fazer. O filósofo afirma que a relação entre essas duas dimensões é problemática, pois *o dizer não recobre o fazer* (2003)⁴.

Estudiosos franceses têm, de fato, constatado em pesquisas a dificuldade do trabalhador, tanto de “compreender” o que é para fazer, quanto de verbalizar o próprio trabalho. Schwartz (2003, p. 4) alerta que essa constatação pode dar margem a duas hipóteses falsas: (1) não há o que dizer sobre o trabalho, porque ele já foi *demasiadamente dissecado, excessivamente simplificado e dividido*; (2) faltam ao trabalhador recursos de expressão suficientes para falar a respeito de seu trabalho ou para compreender o que é esperado dele.

Contrapondo-se a essas hipóteses, o filósofo aposta na eficácia das práticas linguageiras como elemento essencial de *regulação, re-regulação, recomposição permanente da atividade*, que é simultaneamente individual e coletiva.

Schwartz (2003, p. 14-15) aponta algumas razões para explicar a relação problemática entre linguagem e atividade:

1. Na atividade, entra em jogo uma entidade enigmática, que ele chama de *corpo si*, compreendendo-se aí a inteligência, o sistema nervoso, os regulamentos, a história. Sendo assim, toda a atividade é ressingularizada, ou seja, o sujeito renormaliza parcialmente as operações que recebe antecipadamente de outrem.
2. Na atividade de trabalho, assim como em nossa vida em geral, atua o inconsciente de tipo psicanalítico, o que, de um lado, impossibilita acesso pleno à linguagem e, de outro lado, produz resistências muito fortes à verbalização em dadas ocasiões.
3. A verbalização do trabalho supõe toda uma série de precauções, busca de certezas, de garantias de ambos os lados. É sempre necessário criar novas normas para gerir os *buracos de normas*. E essas novas normas terão novamente buracos pela impossibilidade de dizer tudo o que é para fazer.
4. Se há sempre ressingularização na atividade, o trabalho está repleto de microtransgressões, até mesmo de verdadeiras transgressões.

A ergologia, tal como idealizada por Schwartz, não deve ser confundida com a ergonomia. A ergonomia é uma disciplina criada para adaptar o trabalho às pessoas. No início, atuava no sentido de *propor mudanças em relação aos aspectos organizacionais, tendo sua intervenção limitada à questão de mobiliário e 'layout'* (TELLES; ALVAREZ, 2004, p. 63). Posteriormente, o debate entre os ergônomos evolui, passando a centrar-se na atividade. É nesse contexto que são propostos os conceitos de trabalho *prescrito* e *real*. Entende-se por trabalho prescrito um conjunto de condições e exigências a partir das quais o trabalho deverá ser realizado e por trabalho real, a dimensão concreta de sua realização.

Schwartz (1992) expande a compreensão da atividade para além do par prescrito/real, vendo-a como um debate entre normas antecedentes, apresentadas ao trabalhador antes do trabalho ser realizado, e renormalizações, processos de transformação das normas pela intervenção do sujeito no espaço laboral.

Isso o leva a definir o trabalho como *uma dramática do uso de si, uso de si por si e uso de si pelo outro* cuja negociação, na atividade, é sempre problemática (SCHWARTZ, 1992, 1997, 2003). O trabalho é “uso de si”, porque implica mobilização de si por si próprio, na medida em que, no processo de atividade, o sujeito mobiliza seu saber-fazer, seus valores, seus afetos, enfim, sua singularidade. No entanto, como alerta Nouroudine (2004, p. 60), é preciso relativizar essa parte de autonomia, pois o trabalho é tam-

⁴ Vejo aí um ponto que autoriza o diálogo da perspectiva ergológica com a lingüística da enunciação e com a psicanálise.

bém “uso de si por outros”, entendendo-se “outros” como o conjunto de procedimentos e ordens formulados sem a intervenção dos trabalhadores, ou seja, o terreno de onde provêm as normas antecedentes.

Colocar o foco no uso de si por si e pelo outro é chamar a atenção para a organização viva do trabalho. É também reconhecer que a atividade de trabalho implica tensão entre forças reguladoras – as normas antecedentes – e forças que advêm das subjetividades aí instituídas. Em outras palavras, a compreensão da dramática de um processo ergológico envolve debate renovado sobre normas antecedentes e tentativas de renormalização, resultantes da interferência da singularidade na atividade de trabalho. A ergologia olha para essa dramática, no interior da qual toda atividade de trabalho está lançada.

4. A ENUNCIACÃO

Benveniste (1988, 1989) e Authier-Revuz (1982, 1995) apresentam, a meu ver, uma concepção de linguagem capaz de fornecer elementos à ergologia para compreender a *dramática do uso de si* na atividade de trabalho.

Neste item, retomo aspectos das teorias desses dois lingüistas. Apesar de essa retomada ser recorrente em minhas produções, considero-a necessária, em razão da densidade e complexidade do pensamento de ambos. Voltar a eles implica sempre a possibilidade de chegar a novas significações, desde que nos deixemos levar por um movimento antropofágico de leitura, não preocupada em lhes ser “fiel” (será mesmo possível uma leitura fiel?), mas dedicada a não silenciar a inquietude de suas formulações.

O diálogo de Authier-Revuz com outros campos disciplinares é autorizado por ela própria, quando convoca teorias exteriores à lingüística *stricto sensu* – o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise freudo-lacanianiana – para estudar a enunciação (AUTHIER-REVUZ, 1982). No entanto, pode causar estranheza que se queira encontrar num lingüista como Benveniste essa possibilidade.

É preciso esclarecer, então, que sigo uma interpretação que encontra na obra de Benveniste elementos indicativos de que aí está contido um sistema de pensamento sobre a linguagem com *amplitude suficiente para fundamentar a perspectiva de uma interdisciplinaridade* (FLORES, 2004, p. 217), que permite abordar não só as estruturas da língua desde um ponto de vista enunciativo, mas também questões relativas ao sujeito, que se coloca hoje como uma das preocupações fundamentais das ciências humanas (TEIXEIRA, 2004).

A extensão que proponho da teoria de Benveniste para além da descri-

ção enunciativa de fatos de língua parte da percepção sobre sua obra expressa por P. Ricouer, R. Barthes, C. Levy-Strauss, J. Lacan e, mais recentemente, D-R. Dufour, que assim pode ser sintetizada: sob a descrição minuciosa e pormenorizada de aspectos morfológicos e sintáticos, realizada por Benveniste, estão colocadas questões de interesse muito amplo sobre o ato trivial pelo qual o sujeito coloca a língua em funcionamento (TEIXEIRA, 2004). No campo da lingüística, essa possibilidade é reconhecida, por Normand (1985), para quem as reflexões do autor têm potencial teórico-metodológico que ele próprio não teve a oportunidade de avaliar.

Particularmente, interessa-me a teoria da subjetividade na linguagem, elaborada nos volumes I e II de *Problemas de Lingüística Geral* (1988, 1989), em artigos reunidos sob o rótulo *O homem na língua*.

“É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”, eis a célebre formulação de Benveniste (1988, p. 286) que não cessa de produzir sentidos. A língua, como pura virtualidade, transforma-se em discurso quando um “sujeito” dela se apropria na enunciação, ato a partir do qual se dá a semantização da língua.

De que sujeito Benveniste está falando? Qual sua configuração epistemológica? Esses são questionamentos levantados por Flores (2006), para quem, em enunciação, *não se pode dizer com tranquilidade que se faz uma “análise do sujeito”*.

Na verdade, o termo *sujeito* encerra uma ambigüidade, nem sempre assinalada pelos estudos feitos no âmbito da lingüística. Por esse termo, tanto podemos nos referir à representação do sujeito na linguagem através de marcas delimitadas no enunciado, quanto ao sujeito propriamente dito, tomado como uma entidade cuja compreensão diz respeito a aspectos filosóficos, antropológicos, psicanalíticos, e, portanto, transcendentais ao quadro teórico da lingüística.

Não é de um *sujeito*, sede de sentimentos, pensamentos, saber, intenção, nem de um *sujeito* do inconsciente que fala Benveniste. Na verdade, não há teoria do *sujeito* em suas formulações, no sentido em que há teoria do *sujeito* na filosofia e na psicanálise. Sua teoria da enunciação propõe um estudo das representações do sujeito na língua e não do próprio sujeito (FLORES; TEIXEIRA, 2005). Aliás, a origem do sujeito não é objeto nem de seu estudo nem de qualquer outro circunscrito no campo da ciência lingüística, que não tem instrumentos suficientes para abordar esse conceito (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 107).

Se quisermos, como lingüistas, desenvolver reflexão sobre o sujeito, é preciso – como indica Authier-Revuz (1982, 1995) – convocar uma teoria não-lingüística. A autora singulariza-se no campo da enunciação

exatamente por explicitar os termos pelos quais a lingüística pode se relacionar com outros saberes, como será discutido mais adiante.

A teoria de Benveniste, por sua vez, ainda que não proponha uma teoria do sujeito, não desautoriza o movimento em direção ao diálogo com exterioridades teóricas. Pode-se dizer que a linguagem é a possibilidade da “subjatividade”, na medida em que é por ela que o sujeito, no sentido filosófico, antropológico ou psicanalítico, se constitui como sujeito de seu enunciado, apresentado pela instância de enunciação do seu indicador *eu*. O próprio autor dá margem a essa interpretação na afirmação abaixo, que bem demonstra a abertura à interlocução com outros saberes, no que diz respeito à subjatividade.

Ora, essa “subjatividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, [grifo meu] não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem: É “ego” que diz *ego* (1988, p. 286). [grifo do autor]

Seria de perguntar o que me leva a fazer entrar em diálogos interdisciplinares a teoria de Benveniste, tendo em vista que, em Authier-Revuz, esse movimento soa bem mais natural. Meu empenho em assim proceder deve-se ao fato de encontrar nesse autor uma descrição sistemática do singular dispositivo intralingüístico pelo qual a língua é posta em ato: o sistema de pronomes, que tem se revelado bastante produtiva quando se trata de analisar a reversibilidade entre *eu* e *tu* no discurso, bem como a co-construção da não-pessoa.

Para Benveniste (1989), o ato individual da língua introduz aquele que fala em sua fala. O locutor, valendo-se da categoria de pessoa (*eu-tu*), se declara como sujeito de seu discurso e, ao mesmo tempo, implanta o outro diante de si, *qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a esse outro* (1989, p. 84).

Na cena enunciativa, os papéis de *eu* e de *tu* são reversíveis (BENVENISTE, 1988). Além disso, *eu* e *tu* são signos vazios, não-referenciais com relação à realidade: eles estão à disposição de todo o mundo e basta que alguém fale para que essas *conchas vazias se tornem cheias* (DUFOUR, 2000). A referência do *eu* só vale por um tempo de discurso dado. Passado esse limite, minha voz não é mais garantida. Quando o outro diz *eu*, não se trata mais de mim. Ao contrário do que se possa pensar, não são meramente informações que trocamos nesse vai-e-vem entre *eu* e *tu*. O que está em jogo na comunicação intersubjetiva é uma troca de posição entre dois protagonistas. Ocupar a posição *eu* no discurso é reconhecer-se um direito no espaço simbólico, é assegurar-se da própria existência.

Parece-me importante observar, nas práticas linguageiras em atividade de trabalho, como se dá a ocupação da casa vazia pelos trabalhadores que se escolhe observar, pois acredito, a partir daí, encontrar meios para compreender o que Schwartz chama de *dramática do uso de si por si e pelo outro* nas situações em estudo. A análise da díade *eu-tu* coloca-se, então, como um recurso metodológico de grande relevância para a observação da movimentação subjetiva no espaço profissional.

Mas a contribuição de Benveniste não se encerra aí. Ao afirmar que *na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo* (1989, p. 84), o autor inclui a referência como parte integrante do ato enunciativo. Desdobramentos dessa formulação, realizados em pesquisa recentemente concluída⁵, mostraram que, como observa Lichtenberg (2001, p. 166), colocar a língua em funcionamento significa atribuir referência, e as escolhas feitas pelo locutor ao assumir a língua para falar do mundo, extraídas do léxico comum, são indicativas de subjatividade. Em outras palavras, a não-pessoa (*ele*), que se encontra fora da alocação, é índice de subjatividade ao ser proferida pelo sujeito do discurso que, ao dizer sobre “ele” igualmente diz de si. O estudo da não-pessoa, na perspectiva de Benveniste, contribui para indicar como os trabalhadores constroem o “terceiro” em seu discurso, ou seja, os referentes próprios ao exercício de sua função.

Por outro lado, o modo como Authier-Revuz (1982, 1995) sustenta a problemática da heterogeneidade e das não-coincidências possibilita analisar a seqüencialidade lingüística constituída-atravesada pelo discurso *outro*, lugar heterogêneo de rupturas. A análise dos aspectos morfossintáticos e lexicais é associada, em sua teoria, ao estudo dos fenômenos enunciativos, tomando-se a enunciação como espaço de negociação entre a heterogeneidade mostrada e a constitutiva.

Sua abordagem pode servir de guia para que se busque um procedimento que permita analisar as irrupções, na cadeia da fala, de um sentido que se constrói como efeito na tensão entre o dizer no *aquí e agora* e o que foi formulado antes, em outro lugar.

Authier-Revuz filia-se ao pensamento de Benveniste, considerando-o como o autor que permite transitar, com Saussure, da língua à enunciação. Sua filiação a ele é nítida, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento de que certas formas da língua são indicadoras de subjatividade. Conforme já assinalado, a visão da autora apresenta uma particularidade

⁵ Trata-se da pesquisa *Entre o estudo e o emprego: impasses de uma posição enunciativa* (cf. TEIXEIRA, 2006a).

que a distingue dos demais lingüistas da enunciação: ela considera inadequado que a lingüística que se ocupa do ato de tomada da palavra não explicita sua relação com a exterioridade.

Em seu entender, passar da consideração da língua - concebida como fechada sobre si mesma, à maneira das correntes imanentistas - à consideração do discurso, *é abandonar um domínio homogêneo*, onde a descrição *é da ordem do "UM", por um campo duplamente marcado pelo "NÃO-UM"*⁶, pela heterogeneidade teórica que o atravessa (1998, p. 166). Em vista disso, Authier-Revuz argumenta a favor da necessidade de explicitação de uma exterioridade teórica para a lingüística que se ocupa dos fatos enunciativos e discursivos, relegados pelos formalistas.

Essa explicitação é proposta, pela primeira vez, em artigo do ano de 1982⁷, quando a autora enuncia duas maneiras pelas quais se apresenta a alteridade no discurso, definindo a *heterogeneidade mostrada* e a *heterogeneidade constitutiva*. As formas que chama de heterogeneidade mostrada são lingüisticamente descritíveis - discurso direto, discurso indireto, aspas, glosas, etc. - e contestam a homogeneidade do discurso, inscrevendo o outro na linearidade. Já a heterogeneidade constitutiva, não marcada em superfície, é um princípio que fundamenta a própria natureza da linguagem (cf. TEIXEIRA, 2000).

Para propor o que chama de *heterogeneidade constitutiva* do sujeito e de seu discurso, Authier-Revuz (1982) busca apoio em duas abordagens não-lingüísticas da heterogeneidade constitutiva: o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise freudo-laciana, em razão do questionamento radical que ela aí encontra - ainda que sob bases diferentes - da imagem de locutor como fonte consciente de um sentido que ele traduz numa língua, tomada como instrumento de comunicação (cf. TEIXEIRA, 2001).

O princípio do dialogismo é tomado pela autora em duas diferentes concepções: a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo entre discursos. O *diálogo entre interlocutores* não se reduz ao diálogo face a face, pois o que Bakhtin propõe é uma teoria da dialogização interna do discurso. O *diálogo entre discursos* diz respeito ao atravessamento do discurso por uma variedade de outros discursos.

Na psicanálise, Authier-Revuz encontra uma concepção de sujeito estruturalmente clivado pelo inconsciente, que lhe permite entender a rela-

⁶ A autora se refere aqui à dupla heterogeneidade que afeta o campo da enunciação: de um lado, a dos fatos lingüísticos observados; de outro, a das escolhas teóricas acionadas para a descrição desses fatos.

⁷ Publicado em português em Authier-Revuz (2004).

ção entre a heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva não como linear, como se a primeira espelhasse a segunda. As formas marcadas no *fio do discurso* representam, no entender da autora, uma *negociação* obrigatória do sujeito falante com a heterogeneidade que o constitui e que ele tem necessidade de desconhecer. Essa negociação assume a forma de uma *denegação*, no sentido freudiano, ou seja, o sujeito falante abre em seu discurso espaço para a heterogeneidade e, ao mesmo tempo, nega qualquer articulação entre si mesmo e o que exprime.

É, então, pelo que falta à lingüística, mas sem querer suturar essa falta, que Authier-Revuz define o campo de sua interlocução com outras áreas. Desse modo, constrói uma possibilidade fecunda de diálogo interdisciplinar, ainda não devidamente avaliada em sua amplitude, sem perda da identidade do objeto teórico próprio à lingüística (cf. TEIXEIRA, 2006b).

Sem se perder ou se diluir, mantendo-se em seu terreno, parece-me que a lingüística deve levar em conta, efetivamente, esses pontos de vista exteriores e os deslocamentos que eles operam no seu próprio campo (1982, p. 100). [grifo meu]

Volto a referir essa possibilidade de interlocução teórica após a apresentação do terceiro campo chamado ao diálogo em torno do sujeito em atividade de trabalho.

Resta ainda dizer que encontro, na análise enunciativa proposta por Authier-Revuz, elementos para indicar de que modo se manifesta a singularidade na atividade de trabalho, na negociação entre as forças de repetição e de expressividade, assim como permite investigar que saberes são criados pelas renormalizações feitas nas normas antecedentes a respeito do fazer da categoria profissional que for alvo de observação e de que modo esses saberes auxiliam a enfrentar desafios inerentes à execução de suas tarefas. Parece, então, apta a dialogar com a perspectiva pela qual Schwartz olha para a atividade de trabalho.

5. A PSICANÁLISE

O chamamento da psicanálise para uma interlocução como esta esbarra em alguns problemas, dois dos quais se colocam no âmbito da própria psicanálise. O primeiro diz respeito à imagem instituída no espaço acadêmico de que *a psicanálise surge e se mantém como uma promessa de fundação individual da palavra do sujeito* (CALLIGARIS, 1997, p. 193), sendo, portanto, surda ao social. O segundo pode ser traduzido na interrogação

levantada por Birman (1994, p. 13): *Qual a consistência epistemológica da teoria em psicanálise sem o correlato da experiência clínica?*

O terceiro impasse que se coloca por esse chamamento reflete-se diretamente no âmbito da interdisciplinaridade: O que significa trazer a psicanálise como exterioridade teórica? Qual seu lugar na trama teórica proposta para o estudo da atividade de trabalho?

Início pela discussão dos dois primeiros aspectos e, depois, examino as implicações, para a interlocução teórica aqui esboçada, do chamamento feito à psicanálise.

A relação da psicanálise com o social é bastante controversa. A esse respeito, há uma divisão entre os que a autorizam a pensar e interferir – enquanto psicanálise, mesmo – nos conflitos do mundo contemporâneo e os que acham que ela está radicalmente separada da realidade social e política, em função de uma suposta “neutralidade” do discurso do inconsciente e, correlativamente, da prática psicanalítica (CHNAIDERMAN, 2005).

É desnecessário dizer que a psicanálise vista sob esse segundo prisma nada tem a fazer numa interlocução destinada a dialogar com o mundo do trabalho. Sem entrar no mérito dessa disputa, é natural que me detenha a examinar os impasses encontrados pelos que entendem que a dimensão social da condição humana não é estranha à psicanálise.

Recentemente a expressão *sintoma social* vem sendo usada para nomear o que se inscreve no discurso dominante de uma sociedade, em uma dada época, mesmo que de forma não articulada como tal. Discussões vêm sendo propostas para pôr à prova essa noção. Em texto destinado a apresentar obra que reúne trabalhos sobre o tema⁸, Fleig (1997) diz que a *psicanálise se constitui, desde Freud, numa prática discursiva, visando escutar como em cada um, singularmente, fala o sintoma social*.

Raggio⁹ (1998) problematiza essa denominação, argumentando que considerar a existência de sintomas sociais implica reconhecer que há outro tipo de sintomas, os sintomas individuais. Dicotomizar desse modo é colocar o social como elemento alheio ao que se costuma chamar de *psiquismo individual*. Assim concebido, o social tem seu alcance limitado a influenciar ou produzir efeitos sobre uma matéria previamente gerada. Trabalhar com essa idéia é acreditar na existência de uma interioridade

psíquica e de uma exterioridade social, o que significa reeditar a cisão indivíduo-sociedade, combatida tanto por Freud quanto por Lacan¹⁰.

A conclusão de Raggio (1998, p. 319) é que o social¹¹ não é uma adjetivação do psíquico, uma influência exterior, mas *o material mesmo do qual está constituído o inconsciente*¹². O autor destaca que considerar a dimensão social como constitutiva da materialidade do inconsciente requer a produção de um conhecimento específico, razão pela qual a psicanálise precisa manter-se na atitude de rever suas *ferramentas de trabalho*. Nesse sentido, lembra que a noção de família tomada como *algo dado e natural* pela psicanálise é ainda a família patriarcal e monogâmica, *num movimento que desconhece tanto as suas condições históricas de produção, como sua função na sociedade de classes e, mais especificamente, na sociedade capitalista* (ibid., p. 322).¹³

Em direção semelhante, Birman (2001) levanta instigante discussão sobre os destinos do desejo na atualidade, sugerindo que os instrumentos interpretativos de que dispõem os psicanalistas ficam *bem aquém da agudeza e rapidez dos acontecimentos* no mundo perturbado e conturbado em que vivemos (ibid., p. 15). Em seu entender, é urgente repensar os fundamentos da leitura da subjetividade, considerando-se os novos desafios colocados *no aqui e agora da experiência histórica*.

O psicanalista parte de uma releitura da obra de Freud *Mal-estar da civilização*¹⁴, colocando a problemática da subjetividade como ponto de referência. Para ele, o que instigava Freud em suas indagações não era tanto a *antinomia insuperável entre os pólos da pulsão e da civilização*, mas o estatuto do sujeito moderno. O propósito de Birman é pensar a condição da subjetividade na atualidade, a partir de uma revisão crítica de alguns conceitos e temas do campo psicanalítico que, em seu entender, funcionam *como obstáculo crucial* para a escuta das novas formas de manifestação

¹⁰ Freud, em seus chamados escritos políticos, vê uma implicação necessária à compreensão de seu objeto de estudo do sujeito psíquico, percebido em sua dimensão social e política (MATHEUS, 2002, p. 27). Lacan, com a tese *o inconsciente é o social*, elimina a falsa dicotomia entre indivíduo e sociedade (FLEIG, 1998).

¹¹ Raggio alerta para o fato de que a psicanálise – por limitações próprias a sua especificidade – não tem uma clara concepção do que é o social.

O estatuto dessa palavra coloca-se como uma interrogação crucial aos que se propõem a fazer dialogar a psicanálise e o campo social. No entanto, dada sua abrangência, esse desafio não será enfrentado neste artigo.

¹² Vale lembrar, a esse respeito, a afirmação de Lacan (1998): o inconsciente é uma realidade transindividual.

¹³ A respeito da crise da família moderna, indico a leitura do ensaio de Julien (2000).

¹⁴ FREUD, S. *Malaise dans la civilisation* (1930). Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

⁸ O livro resulta da Jornada *Psicanálise e Sintoma Social*, realizada em maio de 1993 na UNISINOS/RS.

⁹ Psicanalista social e professor da área de Psicologia Social na Universidade da República do Montevidéu, Uruguai.

do sofrimento psíquico na cena contemporânea.¹⁵

O autor considera que a *cultura do narcisismo* e a *sociedade do espetáculo*¹⁶, típicas do que se tem chamado de pós-modernidade, promovem novas formas de subjetivação, em que a dimensão alteritária da existência fica obscurecida, pela exigência do gozo imediato e pela orientação para a produção do espetacular, resultante de performances voltadas ao engrandecimento do eu.

Ainda nessa linha de raciocínio, Costa (2000) chama a atenção para as novas manifestações do sintoma na atualidade: no lugar de histerias, fobias ou obsessões, temos síndromes de pânico, fobias sociais, depressões distímicas, distúrbios na imagem corporal (bulimia, anorexia, exercícios físicos compulsivos), diversas adições (drogas, sexo, consumo), diversas modalidades de atos *anti-sociais* (bandos de adolescentes e adultos jovens, voltados à depredação do ambiente físico urbano ou às agressões contra grupos semelhantes).

O desconforto provocado por esses enigmas clínicos leva o autor a discutir os instrumentos interpretativos da psicanálise¹⁷. Considera que as teorias, nesse campo, devem ser vistas como passageiras, provisórias, criadas *com vistas à operacionalização da prática analítica*. Desse modo, é preciso, constantemente, testar sua eficácia para que elas não venham a se constituir como entraves à escuta de novas formas de subjetividade que a cena contemporânea engendra. Costa entende ser ingênuo pensar na existência de um *psiquismo sem cultura* (ibid, p. 10): *Não nascemos 'sendo'; somos o que nos tornamos, e, salvo exceção, nos tornamos o que a cultura permite que venhamos a nos tornar*.

Linguísta que sou, não me cabe entrar no mérito do que a psicanálise deva ou não fazer em relação a seu instrumental teórico. Trouxe essas discussões por encontrar nelas um entendimento de subjetividade com o qual

é possível operar na interlocução aqui proposta. Tanto Raggio, quanto Birman e Costa trabalham com o pressuposto de que, em cada época da História, o social apresenta um modo característico de construir subjetividades, entendendo por subjetividade a síntese singular que cada um constitui conforme for se desenvolvendo e vivenciando experiências na cultura.

Antes de prosseguir, um esclarecimento precisa ser feito. Reconhecer que a subjetividade pode ser afetada pelo social não significa considerar que o inconsciente esteja mudando, o que seria um absurdo. O inconsciente não evolui. As novas modalidades de sofrimento que cada etapa da história da humanidade engendra estão articuladas no que há de estrutural. Não é o sintoma em si que muda, mas seus modos de expressão. É importante que esses dois planos não sejam confundidos. Aliás, é essa confusão que torna tão pouco claro o que se está querendo analisar em pesquisas que, desde o campo dos estudos da linguagem, querem dizer sobre o sujeito inserido no contexto social¹⁸.

Explico melhor. Propor um estudo destinado a compreender, através da análise de material lingüístico obtido em interlocuções situadas, como a variação da configuração social pode afetar a subjetividade é empreendimento que me parece viável. O que não tem sentido é querer chegar a um "saber" sobre a essência do sujeito, a partir de análises metódicas de material lingüístico que não provém do inconsciente, realizadas longe do enquadre cênico e do tempo que escande as sessões. O sujeito, entendido como efeito de linguagem, é inapreensível no nível do enunciado, podendo quando muito ser deduzido. Ele "aparece" somente *como efeito a ser interpretado: pela descontinuidade do enunciado, seja por homofonia, absurdo lógico ou por lapsos, atos falhos ou outro efeito* - as formas de modalização autonômica (cf. AUTHIER-REVUZ, 1982), por exemplo - *que não é qualquer, mas tropeço na utilização da língua à disposição do falante, desafiando sua expressividade* (SOUZA, 1999, p. 16).

A interlocução com a psicanálise aqui proposta não visa a nenhum tipo de interpretação conteudística, que, sem consideração da relação transferencial, queira encontrar em categorias da língua a verdade do sujeito (cf. TEIXEIRA, 2006a).

Isso não significa que se tenha que abrir mão de operar com a noção de sujeito do inconsciente. Quem se dedica ao estudo da relação sujeito/linguagem, precisa assumir uma posição clara sobre a noção de sujeito, pois o teor das explicações relativas aos fatos da língua, nas abordagens que levam

¹⁸ Refiro-me aqui à ambigüidade, já assinalada, que percebo em trabalhos feitos por lingüistas que levam em conta a categoria *sujeito*.

¹⁵ O autor critica a prática psicanalítica por ter reduzido o corpo ao registro biológico e reenviado o afeto aos registros da natureza e da animalidade. Em seu entendimento, essas exclusões custaram caro à psicanálise, já que a conduziram ao afastamento quase total da sinalização das moções e dos efeitos pulsionais no psiquismo, induzindo com isso a uma técnica clínica inscrita no limite da racionalização.

¹⁶ Birman (2001, p. 23) traz as noções de *cultura do narcisismo* de Lasch e *sociedade do espetáculo* de Debord como instrumentos teóricos agudos para que se realize a leitura das novas formas de subjetivação na atualidade. Essas noções encontram-se em LASCH, C. *The culture of narcissism*. New York, Warner Books, 1979 e DEBORD, G. *La société du spectacle*. Paris, Gallimard, 1992. As duas noções apontam para a configuração estetizante assumida pela subjetividade hoje e para o esvaziamento das trocas inter-humanas.

¹⁷ Na visão do autor, duas categorias devem ser repensadas: o peso dado à idéia de pai e o peso dado à idéia de recalque.

em conta a enunciação e o discurso, tem relação com o estatuto que o lingüista confere ao sujeito, conceito que, como já dito, tem que ser buscado em outros campos.

Authier-Revuz (1998, p. 16-17) situa uma “fratura” nos estudos lingüísticos em relação a essa questão que passa entre o sujeito-origem, concebido de acordo com a *psicologia e suas variantes “neurais” ou sociais*, e o efeito-sujeito, concebido pela psicanálise como estruturalmente clivado pelo inconsciente. A primeira concepção é atribuída por ela às vertentes pragmático-comunicacionais, que, explícita ou implicitamente, fundamentam suas abordagens na idéia de *um sujeito fonte intencional de sentido que exprime numa língua instrumento de comunicação*.

A autora coloca-se no segundo grupo, ou seja, recorre à psicanálise para definir o sujeito. Afirma que seu encontro com esse campo do saber, desde o qual passou a levar em conta o fato do sujeito do inconsciente na teorização sobre a linguagem, produziu um deslocamento definitivo em seu campo de trabalho: *de uma lingüística interna ao sistema até a zona em que, inevitavelmente, o sistema encontra seus exteriores* (2001, p. 92). É desse deslocamento que se trata a seguir.

6. ATANDO PROVISORIAMENTE OS NÓS

Birman (2003) escreve sobre *o rico processo de interpelação recíproca* entre psicanálise e filosofia que fertilizou ambas as disciplinas. Sem desconhecer essa reciprocidade, seu foco está mais dirigido às questões colocadas para o discurso filosófico pela psicanálise. A reflexão que ele faz é útil para tornar clara a natureza dessa intervenção no âmbito do que estou propondo.

A incidência da psicanálise no discurso filosófico interpelou-o *numa tradição teórica muito especial*, centrada na concepção de sujeito (BIRMAN, 2003, p. 8). A filosofia do sujeito, que se constitui com Descartes, sempre inscrito *no campo da consciência e no registro do eu*, foi colocada em questão pela hipótese do inconsciente formulada por Freud. Essa hipótese implica o descentramento do sujeito, o que traz como consequência o comprometimento de qualquer *ideário de positividade*. De fato, a psicanálise assume o lugar de interrogante em relação a toda tentativa de fechamento do sentido.

Uma concepção enunciativa da linguagem que inclua o olhar da psicanálise não poderá produzir descrições totalizantes dos fatos de língua e de discurso, pois não se funda no deciframento de um código lingüístico *a priori*, mas visa as marcas particulares, evidenciadas no enun-

ciado, da negociação do sujeito com a heterogeneidade que o constitui (AUTHIER-REVUZ, 1982).

Normand (2001), falando sobre a relação entre lingüística e psicanálise, diz que ligar-se àquilo que um sujeito manifesta de sua singularidade em sua fala, tomar a palavra no que só interessa como mediação na busca de um real, é a escolha da psicanálise. A escolha da lingüística é tentar tornar visíveis os mecanismos comuns, passagens impostas do sentido para todo sujeito quando fala. A lingüística só precisa entender que a palavra *vacila*, que ela engana a gramática ou escorrega no léxico; que a língua, em seu uso mais ordinário, nas trivialidades de seus sintagmas congelados e nos desvios da sintaxe, oferece todo tipo de passagem ao inconsciente.

Acredito que tomar o sujeito como transcendendo os limites do eu e da consciência, polarizado entre o si mesmo e o outro, talvez possa auxiliar a entender o aspecto, destacado por Schwartz, de que o dizer não recobre o fazer. A linguagem, a partir da consideração do inconsciente, não pode mais ser dita como referindo o mundo. Entre as palavras e as coisas, existe uma intermediação importante: um sujeito *capaz de desejo e não-simetrizável*, para usar uma expressão de Milner (1987). A intervenção desse olhar no dispositivo ergológico poderá trazer novas luzes à compreensão do que acontece quando o sujeito está em atividade de trabalho.

A relação de complexidade, e mesmo de enigma, entre a linguagem e a atividade, na acepção da ergologia, que torna natural sua interlocução com a psicanálise, torna igualmente viável sua relação com teorias da enunciação cujo objeto é o ato, sempre singular, de tomada da língua pelo sujeito.

Encontro também convergências entre a forma de produção de conhecimento sobre o trabalho proposta por Schwartz e a forma de produção de conhecimento sobre a linguagem proposta pela lingüística da enunciação. A ergologia leva em conta a presença do sujeito na atividade; a lingüística da enunciação considera a presença da subjetividade na linguagem. Ambas as perspectivas reconhecem que há regularidades – no campo do trabalho, assim como no campo da linguagem –, mas olhar só para elas é neutralizar o objeto a conhecer. Ao reconhecimento das regras é necessário incorporar a presença do homem na atividade de trabalho / no ato de linguagem.

Inspirando-me na proposta de Authier-Revuz, tenho defendido que diferentes campos teóricos, ao se encontrarem, não estariam *explicando* uns aos outros, mas produzindo questões e compartilhando entre si suas próprias interrogações. Como bem coloca Leite (1994, p.16), trata-se de pensar *na afetação de um discurso por outro, configurando o avanço teórico de um campo em função de sua exposição ao saber do outro*.

Na interlocução que proponho, diferentes olhares – a ergologia, a lingüística da enunciação e a psicanálise – são convocados para o estudo do

mesmo problema: o sujeito na atividade de trabalho, cada um deles contribuindo com seus conceitos específicos para enunciar algo de novo e de inédito, sem perderem-se a si próprios, nem se deixarem ficar à mercê uns dos outros. E, sobretudo, sem querer promover uma completude desde sempre perdida (TEIXEIRA, 2006b).

Para finalizar, gostaria de assinalar que ao pesquisador que envereda por esses caminhos cabe exercer uma espécie de *vigilância epistemológica* (cf. MATHEUS, 2002, p. 32-33), sustentada em posição de respeito pelos conhecimentos especializados produzidos nos domínios em que incursiona. É preciso precaução para fazer dialogar os saberes. É sempre perigoso arrancar conceitos da esfera em que nasceram e se desenvolveram (MATHEUS, 2002). No entanto, os grandes impasses vividos pelo sujeito hoje colocam a necessidade de arriscar.

Dado os limites próprios da escrita, a meta prevista nunca é alcançada. Quando se escreve, apenas se distribuem sementes. Espero que o destino das que aqui lancei seja gerar novas interrogações.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAM, T. Estética da existência e pós-capitalismo. In: JERUSALINSKY, A. et al. (orgs.). *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. p. 13-20.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montréalaise, hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *D.R.L.A.V.*, Paris, n. 26, p. 91-151, 1982.
- _____. *Ces mots qui ne vont pas de soi: Boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse, 1995.
- _____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- _____. *Psychanalyse et champ linguistique de l'énonciation: parcours dans la méta-énonciation*. In: ARRIVÉ, Michel; NORMAND, Claudine (orgs.). *Linguistique et psychanalyse*. Paris: Serge et France Perrot, 2001. p. 91-108.
- _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

- _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BIRMAN, J. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Freud & a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CALLIGARIS, C. Sociedade e indivíduo. In: FLEIG, M. (org.). *Psicanálise e sintoma social*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1997. p. 183-196.
- CHNAIDERMAN, M. Brasil perverso, Brasil melancólico, Brasil histórico – e daí? In: *Narrativas do Brasil: cultura e psicanálise*. Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (org.). Porto Alegre: APOA, 2005. p. 70-80.
- COSTA, Jurandir Freire. Playdoier pelos irmãos. In: KEHL, Maria Rita (org.). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 7-30.
- DUFOUR, D-R. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- FLEIG, M. Apresentação. In: FLEIG, M. (org.). *Psicanálise e sintoma social*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1997. p. 7-8.
- _____. Prefácio. In: FLEIG, M. (org.). *Psicanálise e sintoma social: livro 2*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 1998. p. 9-15.
- FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FLORES, V. N. Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução (primeira parte). In: *Letras de Hoje*. V. 36, n° 4, p. 7-67. Porto Alegre: EDIPUCRS, dezembro 2001.
- _____. Por que gosto de Benveniste? *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.39, n.4 EDIPUC/RS, p.217-230, dezembro 2004.
- _____. Sujeito da enunciação e/ou sujeito do enunciado? Exterioridade e interioridade no campo da lingüística da enunciação. CELSUL. Pelotas: UCPel, 2006. (no prelo)
- JAKOBSON, R. A lingüística e suas relações com outras ciências. In: _____. *Lingüística. Poética. Cinema: Roman Jakobson no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 11- 64.
- JERUSALINSKY, A. Prefácio. In: JERUSALINSKY, A. et al. (orgs.). *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. p.9-10.
- JULIEN, P. *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LEITE, Nina. *Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- LICHTENBERG, Sônia. Usos de *todo*: uma abordagem enunciativa. In: *Letras de Hoje*. V. 36, n° 4, p. 7-67. Porto Alegre: EDIPUCRS, dezembro, 2001.

- MATHEUS, Thiago Corbisier. *Ideais na adolescência: 'falta' (d)e perspectives na virada do século*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- MILNER, J-C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- NORMAND, C. Linguistique et/ou psychanalyse: de leur relation si elle existe. In: ARRIVÉ, M.; NORMAND, C. (orgs.). *Linguistique et psychanalyse*. Paris: Serge et France Perrot, 2001. p. 11-16.
- _____. Le sujet dans la langue. *Langages*. Paris: Larousse, 1985. nº77.
- NOUROUDINE, Abdallah. Risco e atividade: acerca da possível positividade aí presente. In: FIGEIREDO, Marcelo et al. (org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004. p. 37-62.
- RAGGIO, A. Sintoma social: as dimensões de uma problemática. In: FLEIG, M. (org.). *Psicanálise e sintoma social: livro 2*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 1998. p. 317-326.
- SCHWARTZ, Yves. *Travail et philosophie: convocations mutuelles*. Toulouse: OCTARES Éditions, 1992.
- _____. (org.). *Reconnaissances du travail*. Pour une approche ergologique. Paris: PUF, 1997.
- _____. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 7, jul./dez., 2000. p.38-46.
- _____. Le langage en travail. In: Schwartz, Y; DURRIVE, L. (org.). *Travail et ergologie: entretiens sur l'activité humaine*. Toulouse: Octarés, 2003. Trad. Cecília Souza-e-Silva e Décio Rocha.
- SOUZA, A. M. *A questão do sujeito*. Porto Alegre, 1996.
- TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- _____. Discurso e trabalho: uma proposta de intervenção. *Letras de Hoje* (Porto Alegre) v.36, n. 4, p. 183-202, 2001.
- _____. Benveniste: um talvez terceiro gesto? *Letras de Hoje* (Porto Alegre) v. 39, n. 4. p. 107-120, 2004.
- _____. *Entre o estudo e o emprego: impasses de uma posição enunciativa*. Relatório de Pesquisa apresentado à unidade de Pós-Graduação da UNISINOS. 2006a.
- _____. A abertura do campo da enunciação ao diálogo interdisciplinar. CELSUL. Pelotas: UCPEL, 2006b. (no prelo)
- TEIXEIRA, M.; DREYER, M.; LINCK, D. O jogo de alteridade na constituição do sujeito-secretária. In: CORBELLINI, Dáris (org.). *As mudanças no mundo do trabalho*. Instituto Humanitas: UNISINOS, 2003. p. 231-249.
- TEIXEIRA, Marlene; CHAMORRO, Deise Marques. Adolescentes e primeiro emprego: da produção da experiência à estruturação subjetiva. *Alfa*, São Paulo. 49 (2): 89-108, 2005.

- TELLES, Ana Luiza; ALVAREZ, Denise. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: FIGEIREDO, Marcelo et al. (org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004. p. 63-90.
- VALDEJÃO, R. De G. Aluno de pós busca outras habilidades em seu curso. Guia da Pós-Graduação. Caderno Especial. *Folha de São Paulo*, 28/01/2007.